

A PARTE PELO TODO

RELATÓRIO DO INQUÉRITO
*PRÁTICAS ECOLÓGICAS E SUSTENTÁVEIS
NAS ARTES PERFORMATIVAS EM PORTUGAL*
SUMÁRIO EXECUTIVO

COORDENAÇÃO



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CEIS20 | Universidade de Coimbra

MP MODES OF
PRODUCTION
PERFORMATIVE ARTS RESEARCH

PARCERIA



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

deARTES
DIRECCIONAL
DAS ARTES

FINANCIAMENTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



SUMÁRIO EXECUTIVO¹

Nesta publicação apresentam-se e problematizam-se os resultados de um amplo inquérito² lançado à comunidade artística em Portugal, no quadro do acordo de cooperação estratégica estabelecido entre a Direção-Geral das Artes e a Universidade de Coimbra.

O inquérito integra uma agenda de investigação mais ampla, liderada por Vânia Rodrigues e Fernando M. Oliveira, do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20-UC), consubstanciada no projeto de I&D Modes of Production – Performing Arts in Transition e no projeto exploratório GREENARTS, financiado pela FCT. O presente documento corresponde a uma fase exploratória da investigação, sendo uma das diversas publicações previstas neste contexto.

OBJETIVO DO INQUÉRITO

Sumariamente, o inquérito pretendia explorar a ligação entre a gravidade da crise ambiental e as disposições das políticas culturais, perscrutando as estruturas artísticas quando à pertinência dessa ligação, e quanto às necessidades e expectativas face ao imperativo ecológico.

DESTAQUES

- A interseção entre artes e o ambiente é dominada por incertezas éticas e dúvidas práticas.
- Agentes culturais confiam que as artes podem e devem ser mobilizadas para a transição ecológica, tanto do ponto de vista da redução dos impactos ambientais objetivos do setor (dimensão material), como do ponto de vista da sua capacidade de repercussão social (dimensão simbólica).
- Ideia de sustentabilidade surge inequivocamente associada às condições de vida, à qualidade de vida, e aos direitos sociais.
- Representações de sustentabilidade são variadas: sustentabilidade nas artes (pegada ambiental) /através das artes (papel das artes) / das artes (condições socioeconómicas).
- Respondentes assumem consciência aguda da questão ecológica, traduzida num elevado nível de preocupação (76%) e na assunção de responsabilidade individual, de tipo moral, ético, cívico ou profissional.

¹ Este documento é apenas um resumo e não dispensa a leitura da publicação integral.

² Inquérito por questionário realizado online no primeiro trimestre de 2023, dirigido a estruturas beneficiárias de apoio por parte da DGARTES. A amostra utilizada corresponde a uma taxa de resposta de 24%, com 140 respostas válidas, e é consistente com a distribuição por disciplina artística, região, tipo de financiamento, refletindo ainda uma divisão equilibrada entre organizações artísticas baseadas em espaços de apresentação/equipamentos culturais e coletivos independentes ou baseados em projetos.

- Mais de 90% dos inquiridos concordam com a participação das artes e da cultura nos esforços de transição ecológica, defendendo mesmo a incorporação ativa de preocupações de sustentabilidade ambiental nas políticas culturais.
- 96% dos inquiridos considera que a arte e a cultura podem inspirar mudanças no domínio da ecologia e da sustentabilidade.
- 96% manifesta-se favorável a que as políticas culturais passem a incluir as questões da sustentabilidade de forma mais expressiva.
- ...mas apenas 77% concorda com a possibilidade de as questões da sustentabilidade serem incorporadas "nos critérios de financiamento público no domínio das artes e da cultura".

ALGUMAS CONCLUSÕES

- O campo das artes revela-se extraordinariamente predisposto para o “combate” à crise ambiental, mas tal não deve ocultar a complexidade sistémica do assunto, nem ocultar as múltiplas contradições que coloca – e que se expressam através de diferentes posicionamentos individuais, organizacionais e políticos.
- O peso que os trabalhadores da cultura, auscultados neste inquérito, atribuem à responsabilidade individual deve ser compreendido no quadro da narrativa dominante da “culpa carbónica” e da relativa falta de familiaridade do setor com a evolução do debate internacional, designadamente com o conceito de justiça ambiental.
- Os inquiridos sustentam a ideia do envolvimento das artes na questão ecológica sobretudo a partir (a) da convicção de que se trata de um problema global, urgente, e transversal a todos os setores da sociedade e (b) da crença no poder transformador da linguagem artística e das experiências culturais, capazes de mobilizar a capacidade imaginativa e de alterar narrativas dominantes.
- A defesa do envolvimento das artes na crise ambiental surge como tendo adesão massiva, mas não corresponde a um posicionamento unívoco: se para uma parte dos inquiridos é legítimo e até necessário fazer uso das artes enquanto plataforma para comunicar a urgência do combate às alterações climáticas e à degradação ambiental, outros optam por sublinhar a capacidade das artes para mobilizar a atenção coletiva, instigar a reflexividade, e promover o pensamento disruptivo.
- A intersecção entre as políticas culturais e as questões ecológicas e de sustentabilidade é genericamente apoiada, mas os discursos dos inquiridos revelam vários conflitos e dilemas: (a) receios face à instabilidade e fragilidade do quadro nacional de política cultural, (b) desconfiança acerca da adequação de abordagens setoriais, (c) apreensão acerca de potenciais limitações económicas ou dificuldades acrescidas em aceder a financiamento, (d) receios de instrumentalização e/ou ameaças à liberdade artística, (e) preocupações com a equidade e (in)justiças históricas, (f) alertas acerca de disparidades de infraestruturas e (g) reservas quanto a possível tokenismo e *greenwashing*.

- Face à possibilidade e/ou imperativo de implementar mudanças neste domínio, os inquiridos destacam sobretudo três tipos de obstáculos: (a) obstáculos de natureza infraestrutural e económico-financeira; (b) ausência de acompanhamento e objetivos de política cultural; e (c) falta de conhecimentos ou de profissionais especializados.
- Inquiridos consideram que a DGARTES/o Ministério da Cultura devem, em termos de sustentabilidade, concentrar esforços em três áreas: financiamento, acompanhamento no terreno, e sensibilização e formação.
- 80% dos inquiridos concorda com a recomendação de existência de formação nesta área para os profissionais da cultura.
- Concretamente, sugerem: disponibilização de consultoria especializada, criação de um centro de recursos/informação partilhada/banco de boas práticas, e ações de sensibilização e formação especializada.
- Consideram, igualmente, que o setor deve pugnar por mais racionalidade, melhor estruturação e otimização de deslocações no contexto da circulação e da programação em rede.

IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS

- O envolvimento das políticas culturais na questão ecológica e na emergência ambiental pode ser justificado tanto por razões *externas* como *internas* ao campo das artes e da cultura.
- Externamente, o seu racional pode ser encontrado nos repetidos e consubstanciados apelos de cientistas e organizações, na evolução do quadro normativo e político no plano europeu e global, na crescente consciencialização e mobilização da sociedade civil, e na confirmação da subutilização do papel da cultura na transição ecológica como parte de transformações desejadas rumo a sociedades mais justas, inclusivas e ambientalmente seguras.
- Internamente, o desafio ecológico representa uma oportunidade de inovação nas políticas públicas para a cultura; uma oportunidade de questionamento de paradigmas, pressupostos e práticas de gestão cultural; e uma oportunidade para oferecer uma resposta mobilizadora às inquietações dos mais jovens, renovando a legitimidade política desta área de governação à luz dos direitos culturais e da democracia cultural.

ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

As intervenções de política pública neste domínio devem:

- ampliar a discussão e combater ideias pré-concebidas de que sustentabilidade equivale a redução, ou a sacrifício ou mesmo o fim de certas atividades culturais e artísticas;
- adequar-se ao contexto nacional, evitando a importação acrítica de “boas práticas” e prestando atenção às circunstâncias históricas, geográficas e económicas do país e de diferentes territórios, sujeitos e escalas;
- ser complementares a outras medidas de política cultural ancoradas no valor intrínseco da cultura e na sua indispensabilidade social;
- traduzir-se numa atuação fundamentada, contextualizada, concertada, informada e progressiva;
- conciliar a urgência de intervir com a ponderação de progressividade temporal de quaisquer medidas (ponderar deixar para um segundo momento a intervenção direta na dimensão concursal, seja através de introdução de critérios específicos de sustentabilidade, ou de exigências de reporte por parte das entidades beneficiárias de apoios);
- mobilizar recursos humanos e financeiros suficientes, bem como mecanismos de escrutínio e avaliação.

... e dar prioridade a:

A. FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

- prever iniciativas de sensibilização, de pendor generalista, de curta duração e grande potencial de replicabilidade, e, igualmente, apoiar estratégias formativas mais aprofundadas;
- promover pontos de entrada e níveis de especialização;
- promover o reforço da capacidade e qualidade da liderança e da governança das organizações culturais.

B. INVESTIGAÇÃO, INFORMAÇÃO E RECOLHA DE DADOS

- recolha sistemática de dados;
- apoio a pesquisa longitudinal;
- reforço da cooperação internacional neste domínio.

C. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- desenvolver equipas de acompanhamento especializadas;
- promover o auto-diagnóstico, a reflexão, e planos de ação;
- formar os profissionais que intervêm em todo o ciclo de financiamento, em matérias de sustentabilidade, inovação e risco.

D. FINANCIAMENTO

- garantir a flexibilidade e acessibilidade de formatos e mecanismos de financiamento;
- reforçar a importância de financiamentos prolongados no tempo, evitando o ciclo vicioso criado pela constante exigência de novos projetos/criações;
- criar novos mecanismos de apoio, na forma de incentivos a projetos artísticos e culturais multisetoriais e/ou intergeracionais que contenham objetivos ou componentes associados à sensibilização ambiental;
- melhorar os mecanismos de apoio à circulação nacional, designadamente através da RTCP.

E. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E JUSTIÇA AMBIENTAL

- defender a mobilidade artística como aspeto integrante dos direitos culturais, que contribui para a liberdade de expressão, para a liberdade artística e para a diversidade cultural;
- promover e apoiar programas, projetos e iniciativas de cooperação transnacional baseados na confiança, na reciprocidade e em trocas justas.

F. INOVAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO E INICIATIVAS-PILOTO

- articular-se de forma sistemática, concertada e consequente com outras áreas governativas fundamentais para dinâmicas consequentes na transição ecológica;
- contribuir para a visibilidade e participação efetiva da dimensão cultural nas declarações de emergência climática e noutros documentos políticos que abordem as alterações climáticas e o ambiente;
- promover, apoiar e acolher iniciativas experimentais e/ou ações piloto que operem na intersecção entre artes e sustentabilidade, no campo das políticas, da gestão, das práticas artísticas e da intervenção local e cívica.

